



Índice

- 01** Índios e produtores rurais fazem protestos em Brasília
- 02** Gleisi Hoffmann pede calma e serenidade a índios e produtores rurais, em comissão da Câmara
- 03** Alvaro Dias denuncia invasão de propriedades produtivas no Oeste do Paraná
- 04** Internautas pedem que ministro negocie com índios em Belo Monte
- 05** Governo estuda submeter criação de áreas indígenas a pareceres da Embrapa e do Ministério da Agricultura
- 06** Após série de protestos, Dilma Rousseff ordena intervenção na Funai
- 07** MPF pede que União e Funai paguem R\$ 5 milhões aos índios Tapebas de Caucaia
- 08** Índios devem desocupar hoje canteiro de Belo Monte
- 09** Gleisi pede 'celeridade' do STF em caso de demarcação de terra indígena
- 10** Ruralista diz que meta da Funai é demarcar 25% do país para indígenas
- 11** Secretaria assume compromisso com a educação indígena
- 12** Governo rejeita proposta ruralista sobre demarcação de terras indígenas

Índios e produtores rurais fazem protestos em Brasília

SÍTIO DIÁRIO GLOBO.COM, 08.05.2013

*Produtores querem fim de autonomia do Executivo na demarcação de terras.
Índios querem que demarcações continuem a cargo da Funai*

Índios e produtores rurais organizaram protestos nesta quarta-feira (8) em Brasília para marcar suas posições sobre a Proposta de Emenda à Constituição (PEC) que retira do Executivo a autonomia para demarcar terras indígenas, terras de quilombolas e zonas de conservação ambiental.

Atualmente, as demarcações são feitas a partir de decretos editados pelo Ministério da Justiça com base em estudos feitos pela Fundação Nacional do Índio (Funai). Pelo texto da PEC, caberá ao Congresso Nacional aprovar proposta de demarcação enviada pela Funai.



Produtores rurais protestam em frente ao Congresso contra demarcações da Funai (Foto: Amanda Lima/G1)

Os produtores são favoráveis ao fim da autonomia do Poder Executivo no processo de demarcação de terras indígenas. Já os índios não querem que a proposta seja aprovada no Congresso. A PEC já foi aprovada pela Comissão de Constituição e Justiça da Câmara e será apreciada por uma comissão especial antes de ir à votação no plenário da Casa.

CONT.



Boletim de Notícias - Edição nº 077 / 2013

Brasília, 09 de maio de 2013.

Além disso os ruralistas querem que a Câmara instaure a CPI da Funai, para investigar os processos de demarcação de territórios indígenas.

Os índios, depois de se manifestarem do lado de fora, entraram na Câmara para acompanhar audiência pública com a ministra chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, sobre a demarcação de terras.



Índios assistem a audiência pública na Câmara sobre demarcação de terras indígenas (Foto: Amanda Lima/G1)



Gleisi Hoffmann pede calma e serenidade a índios e produtores rurais, em comissão da Câmara

SÍTIO PORTAL EBC, 08.05.2013

Brasília – A ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, apelou a índios, produtores rurais, militantes sociais e parlamentares para que acalmem os ânimos e debatam tranquilamente a criação de novas reservas indígenas, a fim de se tentar chegar a uma solução para o conflito.

"Não viemos aqui para um embate com agricultores ou com os índios", afirmou a ministra ao responder as críticas de deputados federais, durante audiência pública realizada pela Comissão de Agricultura, Pecuária, Abastecimento e Desenvolvimento Rural da Câmara dos Deputados, realizada para ouvir da ministra esclarecimentos a respeito dos processos demarcatórios de terras indígenas.

"Chegamos a uma situação em que os conflitos estão aumentando até porque as novas áreas [em estudo ou pleiteadas] ficam em regiões de maior concentração populacional", acrescentou a ministra, afirmando que faltam critérios claros para a criação de novas reservas e a regulamentação de uma série de aspectos legais.

"Se a Constituição Federal fosse clara e cristalina, nós não estaríamos vivendo esta situação. Se isso acontece é porque há interpretações diferentes. Se queremos resolver esta situação, precisamos serenar os ânimos", disse a ministra, reconhecendo a "complexidade" de a Fundação Nacional do Índio (Funai), como órgão federal responsável por promover e defender os direitos indígenas, mediar os conflitos e, ao mesmo tempo, ficar encarregada, sozinha, de elaborar os estudos antropológicos necessários para identificar se uma área é tradicionalmente indígena e, com isso, recomendar à Presidência da República sua demarcação e homologação.

"A atuação da Funai tem se pautado pelo que ela é: protetora e envolvida com as questões indígenas. A intervenção do Estado brasileiro, como garantidor dos direitos, resta, assim, comprometida", concluiu Gleisi, confirmando a intenção do governo federal de passar a consultar outros órgãos de governo, sobretudo a Embrapa, nos processos demarcatórios. "É uma iniciativa para melhorar os procedimentos. Precisamos ter informações para qualificar a tomada de decisões. Vamos ouvir e considerar nos estudos, além da Funai, os ministérios da Agricultura, do Desenvolvimento Agrário, das Cidades, entre outros órgãos para termos uma base consistente para os estudos de demarcação".



Alvaro Dias denuncia invasão de propriedades produtivas no Oeste do Paraná
SÍTIO SENADO FEDERAL, 08.05.2013

Em pronunciamento nesta quarta-feira (8), o senador Alvaro Dias (PSDB-PR) denunciou a invasão de terras produtivas no Oeste do Paraná. De acordo com o parlamentar, essas invasões têm sido praticadas por índios vindos de outros estados e até de outros países e têm sido incentivadas pela Fundação Nacional do Índio (Funai).

Alvaro Dias disse ter recebido um estudo documentado sobre a invasão das terras, elaborado por entidades de trabalhadores e proprietários de terras dos municípios de Palotina e Guairá. As informações indicam que "índios e pessoas que se travestem de índios, provenientes de outros países e aldeamentos dos demais estados da federação", têm invadido propriedades de terra da região Oeste do estado.

- A manipulação é outro ingrediente explosivo presente nessa questão. É público e notório que índios estão sendo importados, especialmente do Paraguai, e alocados de reservas indígenas já homologadas – afirmou o parlamentar.

De acordo com o representante paranaense, as invasões se dão em áreas urbanas e rurais, sobretudo das cidades de Guaíra e Terra Roxa, e seguem na direção de Palotina, Mercedes, Santa Helena e Francisco Alves. Os invasores, acrescentou, não falam português, mas guarani e castelhano.

O senador soube de denúncias segundo as quais a Funai tem promovido essas invasões, trazendo índios guaranis do Paraguai.

- A Funai, que é um órgão público, que é um órgão do governo, trabalhando para tumultuar o processo produtivo – indignou-se. De acordo com ele, o clima reinante nestes municípios é de enorme preocupação.

O parlamentar pediu a reintegração imediata da posse das áreas invadidas; a imposição da lei aos invasores; a retirada de índios estrangeiros e de pertencentes às reservas já homologadas; indenizações justas e corretas nos casos onde se façam necessárias as desapropriações de terras; e a criação de órgão estadual para gerir a questão indígena e quilombola.



Internautas pedem que ministro negocie com índios em Belo Monte

SÍTIO FOLHA DE SÃO PAULO, 08.05.2013

Ativistas reivindicam nesta quarta-feira (8), por meio do Twitter, a presença do ministro Gilberto Carvalho, da Secretaria-Geral da Presidência da República, no principal canteiro de obras da usina hidrelétrica de Belo Monte, em Vitória do Xingu, a 954 km de Belém, no Pará.

Com a tag #VaiLáGilberto, internautas pedem que o ministro negocie com integrantes de tribos indígenas que invadiram o local, paralisando parcialmente a obra pelo sétimo dia consecutivo.

O pedido é destaque na lista de assuntos mais comentados no microblog no Brasil e no mundo.

Dos cerca de 180 índios que iniciaram as reivindicações, 35 deixaram o local. Permanecem na manifestação, que começou no dia 2, os índios mundurucu, que são a maioria.

Eles dizem ter uma pauta de reivindicações para o governo federal, como a regulamentação do mecanismo de consulta prévia sobre obras que interfiram em terras indígenas, paralisação de obras e estudos de hidrelétricas nos rios Xingu, Tapajós e Teles Pires, e suspensão do envio de tropas da Força Nacional de Segurança às comunidades.

A Secretaria-Geral da Presidência da República informou na segunda-feira (6) que não irá negociar com os índios que invadiram um dos canteiros da obra da hidrelétrica de Belo Monte (PA), paralisando parcialmente a obra pelo quinto dia consecutivo.

Por meio da assessoria, a pasta disse que os índios munducuru não são sérios e não querem negociar. Chegou a relacionar um dos líderes do movimento ao garimpo ilegal no Tapajós, cuja manutenção estaria por trás dos interesses do grupo.

A assessoria disse ainda que Carvalho se colocou a disposição dos índios por duas vezes para discutir mecanismos de consulta prévia sobre obras de hidrelétricas nos rios Tapajós e Teles Pires.

Afirmou que os índios chegaram a viajar a Brasília em fevereiro, custeados pelo Planalto, e não apareceram em reunião marcada com o ministro --também faltaram, segundo a pasta, a outra reunião, em abril, em Jacareacanga (PA).

"Eles mudam a regra do jogo na última hora. Não querem negociar e agora fizeram essa invasão em Belo Monte. Não são sérios e não são honestos", afirmou o assessor especial do ministério Sérgio Alli.



Governo estuda submeter criação de áreas indígenas a pareceres da Embrapa e do Ministério da Agricultura
SÍTIO CEDEFES, 08.05.2013

Os conflitos entre índios e produtores rurais motivou o governo federal a estudar a interrupção, mesmo que temporária, da criação de reservas indígenas em regiões de conflito. O pedido foi feito pela ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, ao ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, a quem está subordinada a Fundação Nacional do Índio (Funai), órgão federal responsável por estabelecer e executar a política indigenista brasileira, o que inclui a elaboração dos estudos antropológicos necessários à demarcação de novas terras indígenas

Os conflitos entre índios e produtores rurais motivou o governo federal a estudar a interrupção, mesmo que temporária, da criação de reservas indígenas em regiões de conflito. O pedido foi feito pela ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, ao ministro da Justiça, José Eduardo Cardozo, a quem está subordinada a Fundação Nacional do Índio (Funai), órgão federal responsável por estabelecer e executar a política indigenista brasileira, o que inclui a elaboração dos estudos antropológicos necessários à demarcação de novas terras indígenas.

Segundo a assessoria da Casa Civil, os estudos já elaborados pela Funai vão ser confrontados com levantamentos produzidos pela Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). Outras instâncias do governo, como o Ministério do Desenvolvimento Agrário e o Ministério da Agricultura, também serão consultadas sobre os impactos da demarcação de novos territórios.

De acordo com a assessoria da Casa Civil, a Embrapa já concluiu a reanálise de estudos demarcatórios feitos pela Funai em 15 locais do oeste paranaense. Enquanto a Funai se manifestava a favor da demarcação das reservas, assegurando tratar-se de territórios tradicionais indígenas, mesmo elas estando, hoje, em regiões de grande produtividade rural, a Embrapa assinalou que a presença de índios nos locais é recente ou até mesmo inexistente.

A informação sobre a divergência entre as conclusões da Funai e da Embrapa foi divulgada pela Folha de S.Paulo. Procurada, a assessoria da Casa Civil não fez qualquer reparo à informação e acrescentou que a suspensão pode se estender também a áreas em estudo em Mato Grosso, Mato Grosso do Sul e no Rio Grande do Sul.

Em nota, o Ministério da Justiça informou ter recebido, da Casa Civil, ontem (6) a noite, o estudo que a Embrapa fez sobre a demarcação de terras indígenas no Paraná. Antes de tomar qualquer decisão sobre o assunto, o ministro José Eduardo Cardozo determinou que a consultoria jurídica da pasta examine a matéria.

Para o ex-presidente da Funai, o advogado Carlos Frederico Marés, a iniciativa do governo federal é inconstitucional e contraria os interesses indígenas. "É a Constituição Federal que diz claramente o que é uma terra indígena, não importando se elas são boas para agricultura ou não. Tecnicamente, compete à Funai, e apenas à Funai, avaliar se uma determinada área

CONT.



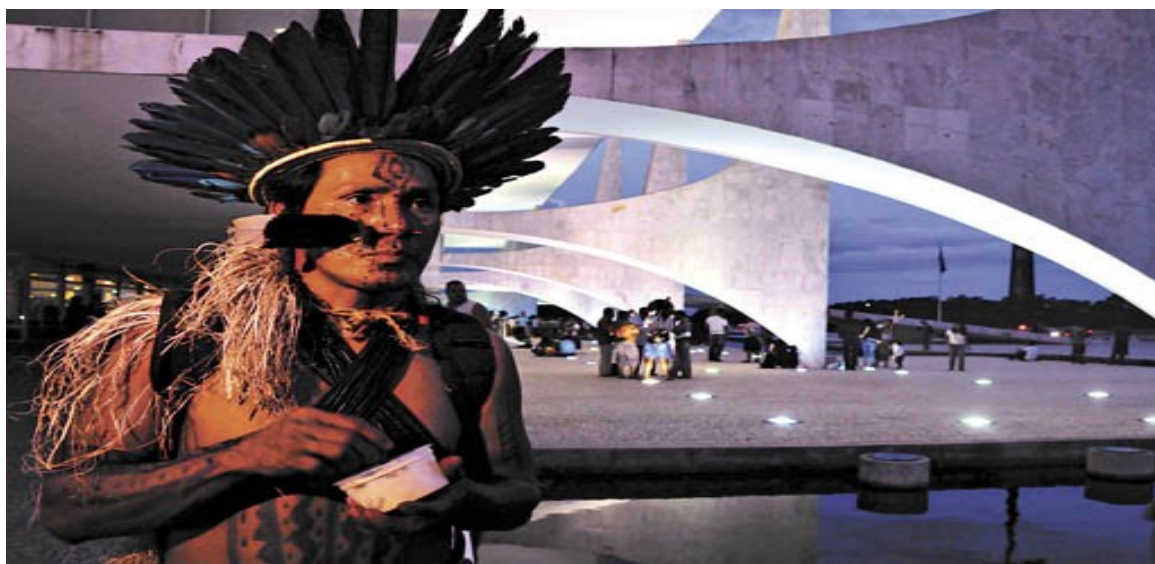
preenche os requisitos. Fazer os estudos e demarcar as áreas indígenas é uma determinação constitucional e não uma vontade do governo. Se o governo se nega ou demora demais para fazer isso, está infringindo a Constituição. Logicamente, envolver outros órgãos nesse processo vai retardar ainda mais a demarcação”, disse Marés à Agência Brasil, acrescentando que é justamente nas áreas em que há conflitos que a rápida intervenção do governo e solução do problema é mais urgente.

O secretário executivo do Conselho Indigenista Missionário (Cimi), Cleber Buzatto, classificou a iniciativa como um “absurdo inconcebível e inadmissível”. “A Embrapa não tem legitimidade e nem competência para tratar do tema. Não há nada na legislação brasileira prevendo isso. A iniciativa parece fazer parte da estratégia de deslegitimação da Funai, que é o órgão responsável por implementar os direitos dos povos indígenas. É mais uma resposta positiva do governo federal à pressão do setor ruralista, que tenta barrar os procedimentos demarcatórios”.

Após série de protestos, Dilma Rousseff ordena intervenção na Funai

SÍTIO CORREIO BRAZILIENSE, 08.05.2013

Irritada com os frequentes protestos envolvendo os processos de demarcação de terras, presidente suspende os procedimentos conduzidos pela fundação, encomenda novos estudos e prepara mudanças na cúpula do órgão



Índio em frente ao Palácio do Planalto, durante manifestação em 18 de abril: etnias cobravam audiência com a presidente

Uma semana depois de a presidente Dilma Rousseff ser vaiada por produtores rurais em Campo Grande, durante manifestação contra a demarcação de terras indígenas, o Palácio do Planalto decidiu intervir nos trabalhos conduzidos pela cúpula da Fundação Nacional do Índio (Funai), órgão responsável por definir as reservas. O primeiro movimento veio ontem, sob a forma da suspensão de processos de delimitação de terrenos no Paraná, estado que enfrenta tensão crescente entre ruralistas e índios por conta da disputa por territórios.

Por determinação de Dilma, a Casa Civil encomendou à Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa) e aos ministérios da Agricultura e do Desenvolvimento Agrário a elaboração de relatórios sobre os estudos conduzidos pela Funai para embasar a demarcação de reservas indígenas. O primeiro a ser apresentado veio da Embrapa, que divergiu da análise da Funai sobre 15 áreas localizadas no oeste do Paraná, que, segundo a fundação, deveriam ser transformadas em reservas. A avaliação da Embrapa, contudo, relatou que a presença de índios nesses territórios é inexistente ou recente demais para justificar a delimitação de territórios indígenas.

MPF pede que União e Funai paguem R\$ 5 milhões aos índios Tapebas de Caucaia
SÍTIO VERDES MARES, 08.05.2013

Ação ocorreu devido a longa demora na delimitação das terras

O Ministério Público Federal do Ceará (MPFCE) iniciou uma ação civil pública requerendo que a Fundação Nacional do Índio (Funai) e a União paguem uma indenização no valor de R\$ 5 milhões para o grupo indígena Tapeba. De acordo com o MPF, a ação por danos morais coletivos, ocorreu devido a longa demora na delimitação das terras empossadas pelos índios que vivem em Caucaia.



Órgão alega que índios tapebas estão sem espaço e, com isso, a violência e a competição atingiram tanto indígenas como não-índios
FOTO: Rodrigo Carvalho

O foco do MPF é adquirir posse legítima aos índios pois, além de não existir uma demarcação do território, eles ainda dependem da regularização fundiária da Funai. Conforme a procuradora da República, Nilce Cunha Rodrigues, o processo já dura há, aproximadamente, 19 anos e, até o momento, não existe data definida para a finalização.

A procuradora afirma ainda que por causa da demora no trâmite, danos como insegurança e invasão de terras só aumentam. Devido a não conclusão do caso, os Tapebas estão sem espaço e, com isso, a violência e a competição atingiram tanto indígenas como não-índios.

O órgão argumenta que a Funai e a União não só ignoram os prazos determinados, como também afrontam os princípios constitucionais econômicos, de eficiência e de proporcionalidade. "Para que isso acabe, é preciso demarcar, estabelecer limites e reconhecer que o espaço pertence aos índios", declara a procuradora Nilce Cunha.



Índios devem desocupar hoje canteiro de Belo Monte

SÍTIO VALOR ECONÔMICO, 09.05.2013

O grupo de índios que há uma semana ocupou um dos canteiros de obra de Belo Monte deve deixar o local nesta quinta-feira. Ontem à noite, o Tribunal Regional Federal da primeira região (TRF1) determinou a reintegração de posse, atendendo recurso do consórcio Norte Energia.

O Consórcio Construtor de Belo Monte (CCBM), que toca as obras, aguarda a chegada de um oficial de Justiça no canteiro para iniciar a desocupação.

Os trabalhadores já começaram a voltar ao local. Cerca de 4 mil funcionários do CCBM foram desmobilizados por conta da ocupação feita por aproximadamente 150 índios. Na semana passada, a Justiça havia negado o pedido de reintegração de posse feito pela Norte Energia.

Segundo o CCBM, não houve registro de nenhum ato de violência no local e a desocupação deve ocorrer pacificamente. Em julho do ano passado, cerca de 200 índios ocuparam os canteiros da usina por 20 dias. Em outubro, houve outra paralisação.

A Norte Energia afirma que as ações compensatórias direcionadas às aldeias indígenas que, de alguma forma, são impactadas pela construção da hidrelétrica de Belo Monte, já teriam consumido mais de R\$ 70 milhões do consórcio.

Há 28 aldeias na região atingida pela usina, que está em construção no município de Vitória do Xingu (PA). Um pacote de 320 ações tem previsão de ser executado durante cinco anos. A implementação dessas medidas deverá custar cerca de R\$ 250 milhões.

Os protestos ocorridos nesta semana em Belo Monte, porém, não reivindicavam a execução desses compromissos. Os índios pediam a paralisação imediata de todas as usinas planejadas ou em andamento na região amazônica. Eles alegam que não foram ouvidos e que o governo tem sido truculento na condução de estudos e obras. Por meio de uma portaria, a União autorizou a entrada da Força Nacional em todos os Estados, para apoiar a realização de levantamentos de informações.



Gleisi pede 'celeridade' do STF em caso de demarcação de terra indígena
SÍTIO GLOBO.COM, 08.05.2013

*Supremo ainda não julgou recursos sobre reserva Raposa Serra do Sol.
Para ministra da Casa Civil, Judiciário precisa evitar 'vácuo'.*

A ministra da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, pediu nesta quarta-feira (8), em audiência na Comissão de Agricultura da Câmara, que o Supremo Tribunal Federal decida rapidamente os recursos do julgamento da demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol. A análise dos recursos é necessária para que o processo transite em julgado e as regras de delimitação das terras indígenas estabelecidas pela corte sejam fixadas em definitivo.

"Todos aguardamos com ansiedade as decisões do Supremo Tribunal Federal, índios e não índios, mas todos os brasileiros com responsabilidades devidas em relação ao futuro do país. Foi esse entendimento que fez com que o governo, ao buscar alinhamento jurídico nas ações dos advogados nas questões indígenas, optasse por adotar as condicionantes depois e conforme a decisão do Supremo", afirmou Gleisi.

Em maio de 2009, o Supremo Tribunal Federal entendeu que a reserva Raposa Serra do Sol, em Roraima, é território de usufruto exclusivo dos indígenas. Por 10 votos a 1, os ministros confirmaram a legalidade do decreto homologado em 2005 pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva, que fixou a demarcação contínua da reserva. No entanto, a corte estabeleceu 19 restrições aos índios para o uso da área.

Para a ministra da Casa Civil, o Judiciário precisa ter "celeridade" na análise dos embargos de declaração que contestam a decisão do Supremo. Para ela, só após a decisão do Supremo é que o governo poderá estabelecer critérios objetivos para realizar novas demarcações de terras.

"Tenho certeza de que órgão responsável por essa decisão que lhe confere a nossa Constituição, o Supremo não deixará a nação por muito mais tempo sem a orientação devida, explicitando à sociedade e ao governo o caminho a seguir. Pior do que seguir o caminho que podemos discordar é a ausência dele", disse. "Esperamos que o Judiciário possa ter celeridade, para que a gente não fique com vácuo na decisão", complementou Gleisi.

No mês passado, parlamentares e lideranças indígenas chegaram a ir ao Supremo cobrar a conclusão do julgamento sobre a demarcação da reserva indígena Raposa Serra do Sol. Após reunião com o presidente do STF, Joaquim Barbosa, eles afirmaram que Barbosa explicou que o caso está parado porque o relator dos recursos era Carlos Ayres Britto, que se aposentou.

O novo relator será o ministro que entrar no lugar dele, mas a presidente Dilma Rousseff ainda não indicou um nome para a vaga. Assim que ela indicar, o ministro ainda terá que ser sabatinado e ter o nome aprovado no Congresso antes de tomar posse.



Ruralista diz que meta da Funai é demarcar 25% do país para indígenas

SÍTIO BOL, 08.05.2013

A bancada ruralista pressiona o governo a tomar uma posição concreta sobre a definição de terras indígenas no país. Durante seu discurso, o deputado Valdir Colatto (PMDB-SC) disse que a Fundação Nacional do Índio (Funai) já homologou 13% do território nacional a 806 mil índios e que sua meta é demarcar 25% do país.

"Onde essa situação vai parar? O governo precisa tomar uma decisão. Se essa decisão não for do governo, a decisão será do povo e a agricultura brasileira vai se levantar", comentou.

Colatto chamou a atenção para o pacote de desoneração do setor, que não saiu, e que o agricultor tem sofrido com o caos logístico que compromete o setor.

A audiência pública da Comissão de Agricultura passou a ser acompanhada por cerca de 30 índios, que tiveram acesso liberado ao plenário onde a ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, faz sua exposição.

A discussão sobre demarcação de terras indígenas foi transformada em luta entre o bem e o mal, com o risco de aumento de conflitos no campo, disse o deputado Duarte Nogueira (PSDB-SP) durante na audiência da Comissão de Agricultura da Câmara dos Deputados sobre a questão indígena.

Nogueira disse que as demarcações de terras indígenas feitas pela Fundação Nacional do Índio (Funai) pecam pela imparcialidade. "Um órgão que defende os interesses de um lado só não pode dar a última palavra nas demarcações e desapropriações de terras", disse Nogueira. A Funai, disse o deputado, falha na educação e saúde dos índios, área de atuação quase nula da fundação.

"Essa não é uma luta entre o bem e o mal. É preciso garantir condições para que produtores rurais sigam na sua atividade e que os índios sejam protegidos. A Funai falha na educação e saúde aos indígenas. Por outro lado, produtores que há décadas produzem perdem suas terras. Por defenderem os direitos apenas dos índios, os pareceres da Funai tem sua parcialidade afetada", disse Nogueira.

Com as especulações da saída da presidente da Funai, Marta Azevedo, Nogueira disse que isso não basta. "A prática do governo é fulanizar o governo. A vista de qualquer problema troca-se o fulano. Isso não resolve nada", reclamou. O deputado também fez coro a outros colegas que já se pronunciaram e pediu a retomada da portaria 303, da Advocacia-Geral da União (AGU), que autorizaria o governo a tocar obras de infraestrutura, como rodovias, hidrelétricas e linhas de transmissão, dentro das terras indígenas demarcadas.

Secretaria assume compromisso com a educação indígena

SÍTIO NEWS RONDÔNIA, 09.05.2013

Em data recente, 10 de abril, a secretária de educação, Isabel Luz, recebeu, na sala de reunião do gabinete da Seduc, lideranças indígenas que na oportunidade fizeram reivindicações.

A Secretaria de Estado da Educação (Seduc), em resposta às notícias veiculadas em alguns sites e jornais impressos sobre o descaso com a educação indígena, vem a público esclarecer que em nenhum momento agiu de forma negligente com as necessidades dos povos indígenas, que reconhece suas lideranças nas esferas pertinentes e que tem empenhado constante esforço para atender todas as necessidades dos alunos indígenas.



Em data recente, 10 de abril, a secretária de educação, Isabel Luz, recebeu, na sala de reunião do gabinete da Seduc, lideranças indígenas que na oportunidade fizeram reivindicações. Dentre as solicitações, constavam estrutura das escolas, merenda escolar e oferta da educação de nível médio para os alunos indígenas. A secretária, em compromisso, assegurou que as obras para construção, melhoria e ampliação das escolas já estão sendo realizadas. Acerca da merenda escolar verificou junto ao setor a melhor forma de atender às solicitações e sobre o ensino médio informou que a Seduc tem trabalhado ostensivamente no processo de implantação através da comissão de regulamentação do ensino médio nas escolas indígenas de Rondônia.

CONT.



A secretária demonstrou preocupação em abrir diálogo para que seja implantada uma política educacional que atenda aos questionamentos, inquietações e reivindicações dos povos indígenas de Rondônia, e, para tanto tem buscado estruturar uma educação intercultural específica de inserção dos povos. "É uma meta perseguida pelo Governo da Cooperação a preparação de uma educação que promova o acesso considerando o conceito de etnicidade" afirmou Luz.

As providências para a melhoria da educação indígena já vêm sendo tomadas e algumas ações atestam a preocupação por ofertar melhor qualidade visando a adequação à realidade e necessidade dos povos indígenas. Nesse sentido, o Governo da Cooperação está construindo 20 novas escolas indígenas e revitalizando o espaço de outras 30. Para o transporte escolar foram entregues 6 novas viaturas e 6 barcos motorizados estão sendo viabilizados. O projeto Açaí forma 160 professores indígenas e já está previsto para o segundo semestre de 2013 um concurso público para contratação de educadores para atender às aldeias.

"A educação indígena é um processo de construção coletiva e bilateral que precisa envolver toda a sociedade em prol de uma revolução social de inclusão." afirma a secretária, Isabel Luz.

CONT.



O Governo da Cooperação chama a sociedade para um pacto pela educação através de audiências públicas, fóruns, conferências e ações sociais de modo que seja atingido o objetivo de tornar a educação de Rondônia uma referência na Amazônia com índices orgulhosos, onde as minorias étnicas sejam partícipes efetivas de todo esse processo de transformação. Mais uma vez a Secretaria de Estado da Educação se dispõe a dialogar de maneira amistosa para negociações com as lideranças visando o bem comum.

Governo rejeita proposta ruralista sobre demarcação de terras indígenas

SÍTIO REDE BRASIL ATUAL, 08.05.2013

Ministros afirmam que prerrogativa a respeito de criação ou extinção de áreas deve ser mantida nas mãos do Executivo, embora Embrapa possa compartilhar atribuições hoje da Funai

São Paulo – O governo federal manifestou hoje (8) oposição à proposta de emenda à Constituição (PEC) que retira do Poder Executivo o direito de demarcação de terras indígenas. “Nós não podemos, de maneira alguma, violentar um procedimento que está estabelecido na Constituição e em leis que regulamentaram”, disse o ministro da Secretaria-Geral da Presidência da República, Gilberto Carvalho.

A PEC 215, de 2000, de autoria do deputado Almir Sá (PPB-PR), é uma das frentes da bancada de representantes do agronegócio em 2013. Eles querem transformar em realidade a proposta, que dá ao Congresso, dominado pelos ruralistas, a atribuição exclusiva sobre a demarcação de terras indígenas.



Gleisi Hoffmann pediu tranquilidade a índios e produtores rurais (Foto: Lúcio Bernardo Jr./ABr)

Gilberto Carvalho advertiu que o Legislativo já “participa efetivamente”, por meio de consultas, do processo de demarcação. “Não entendemos necessário que essa proposta seja aprovada, no sentido de tirar do Executivo a prerrogativa, que é constitucional”, acrescentou.

Segundo Carvalho, esse é um tema que trata de direitos adquiridos historicamente pelas nações indígenas. Ele acrescentou que é necessário dar aos índios as condições adequadas de vida que permitam a cultura e o meio de sustentação escolhido por cada nação indígena. “De um lado há que se atender aos direitos indígenas, de outro lado não se pode violentar os direitos daqueles que foram de boa fé estimulados a ocupar terras e hoje produzem nessas terras”, destacou.

Durante audiência pública na Câmara dos Deputados, a ministra-chefe da Casa Civil, Gleisi Hoffmann, afirmou que é preciso simplesmente promover um refinamento das atribuições. “Se a Constituição Federal fosse clara e cristalina, nós não estaríamos vivendo esta situação. Se isso acontece é porque há interpretações diferentes. Se queremos resolver esta situação, precisamos serenar os ânimos”, disse a ministra.

Ela reconheceu a “complexidade” de a Fundação Nacional do Índio (Funai), como órgão federal responsável por promover e defender os direitos indígenas, mediar os conflitos e, ao mesmo tempo, ficar encarregada, sozinha, de elaborar os estudos antropológicos necessários para identificar se uma área é tradicionalmente indígena e, com isso, recomendar à Presidência da República sua demarcação e homologação. O governo estuda compartilhar as atribuições da Funai com Embrapa e Ministério da Agricultura.

Gleisi Hoffmann, apelou a índios, produtores rurais, militantes sociais e parlamentares para que acalmem

CONT.

os ânimos e debatam tranquilamente a criação de novas reservas indígenas, a fim de se tentar chegar a uma solução para o conflito. "Não viemos aqui para um embate com agricultores ou com os índios", afirmou. "Chegamos a uma situação em que os conflitos estão aumentando até porque as novas áreas [em estudo ou pleiteadas] ficam em regiões de maior concentração populacional."

"A atuação da Funai tem se pautado pelo que ela é: protetora e envolvida com as questões indígenas. A intervenção do Estado brasileiro, como garantidor dos direitos, resta, assim, comprometida", concluiu Gleisi, confirmando a intenção do governo federal de passar a consultar outros órgãos de governo, sobretudo a Embrapa, nos processos demarcatórios. "É uma iniciativa para melhorar os procedimentos. Precisamos ter informações para qualificar a tomada de decisões. Vamos ouvir e considerar nos estudos, além da Funai, os ministérios da Agricultura, do Desenvolvimento Agrário, das Cidades, entre outros órgãos para termos uma base consistente para os estudos de demarcação".
Construções e AGU

No início da audiência na Comissão de Agricultura, o deputado Luiz Carlos Heinze (PP-RS) cobrou do governo o restabelecimento da Portaria 303/12, da Advocacia-Geral da União (AGU), que estendeu para todos os processos de demarcação de terras indígenas as 19 condicionantes adotadas no reconhecimento da aldeia Raposa Serra do Sol, em Roraima. A portaria autoriza o governo a construir rodovias, hidrelétricas, linhas de transmissão de energia e instalações militares dentro das aldeias sem autorização das comunidades indígenas.

"Os índios saem de terras demarcadas para criar outras reservas. Tem gente que está na sexta ocupação. Há ilegalidade em cima desse processo. A Funai é conivente. Vossa excelência diz que é uma dívida que a nação brasileira tem, mas um governo sério não expropria a terra de gente que tem escritura", afirmou.



O deputado Duarte Nogueira (PSDB-SP), que também solicitou a audiência para convocar a ministra, juntou-se a Heinze nas críticas. "Falta uma política indígena clara por parte do governo, que transformou o índio em sem-terra", disparou Nogueira. Ele criticou a possibilidade, anunciada pela imprensa, de o governo alterar a cúpula da Funai. "Trocaram-se as pessoas, criaram-se órgãos, como se essa fosse a solução", disse. Após críticas, a portaria acabou suspensa pela própria AGU até o pronunciamento definitivo do Supremo Tribunal Federal (STF) sobre o caso.

Gleisi rebateu afirmando que o país tem uma dívida histórica com os índios. "As diretrizes maiores dependem da decisão do STF. Esperamos as regulamentações necessárias", disse a ministra. "O STF não deixará a Nação por muito mais tempo sem orientação."

Também o advogado-geral da União, Luís Inácio Adams, explicou que o governo está aplicando a decisão do STF. "Uma vez confirmada a decisão do Supremo, todos os processos de demarcação deverão ser reanalisados em face das 19 condições fixadas e aplicadas a toda a área jurídica mediante a portaria. Quanto mais rápido for o julgamento, maior clareza e certeza teremos em relação às condicionantes. É essencial que o Supremo venha a consolidar sua posição", disse Adams.